ReGeo ISSN: 2177-3246

PRINCIPAIS ASPECTOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) DE 2018: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA

KEY ASPECTS OF THE 2018 NATIONAL COMMON CURRICULUM FRAMEWORK (BNCC): AN INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW

ASPECTOS PRINCIPALES DE LA BASE NACIONAL COMÚN CURRICULAR (BNCC) DE 2018: UNA REVISIÓN INTEGRATIVA DE LA LITERATURA

https://doi.org/10.56238/revgeov17n8-043

Data de submissão: 05/07/2026 **Data de publicação:** 05/08/2026

Daniel Eugênio Rodrigues Cardoso
Especialista em Geografia
Instituição: Faculdade de Venda Nova do Imigrante
E-mail: danielcardoso96@yahoo.com.br
Lattes: https://lattes.cnpq.br/3687454729352171

Fledson Silva Faria
Doutorando em Educação
Instituição: Universidade Federal do Espírito Santos (UFES)
E-mail: fledsonfaria@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2295-5217
Lattes: http://lattes.cnpq.br/7559315564616766

Vitor Martins Graciliano
Doutorando em Educação
Instituição: Universidade Del Sol (UNADES)
E-mail: vitor.graciliano@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2377-9750
Lattes: https://lattes.cnpq.br/6940715445719882

Valmir Soares Junior
Mestre em Letras
Instituição: Instituto Federal do Espírito Santos (IFES)
E-mail: juniorlinguaportuguesa@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/6597220684404694

RESUMO

Este estudo aborda o tensionamento entre as diretrizes prescritivas da BNCC de 2018 do Ensino Médio. O objetivo geral consiste em mapear e analisar criticamente a produção científica *stricto sensu* recente que investiga essa interface, identificando as fraturas normativas, as críticas estruturais e as possibilidades de insurgência pedagógica. Metodologicamente, delineia-se como uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa, operacionalizada por meio do método da Revisão Integrativa de Literatura. O *corpus* documental, composto por 19 estudos selecionados de forma sistemática nas bases de dados SciELO e Google Acadêmico, foi submetido ao tratamento analítico por meio da Análise de Conteúdo sob o aporte de Laurence Bardin. Os resultados foram organizados em quatro eixos categoriais e revelaram: o acirramento da dualidade estrutural decorrente do esvaziamento do Ensino Médio Integrado (EMI); a consolidação da hegemonia neoliberal e da captura gerencialista da escola pública por corporações privadas; a entronização da Pedagogia das Competências voltada à modelação

de um sujeito flexível e ultra individualizado; e, fundamentalmente, um manifesto hiato pragmático entre a BNCC que reduz a tecnologia ao uso meramente instrumental e meritocrático e as premissas da Educomunicação. A conclusão aponta que, embora as políticas curriculares oficiais operem um silenciamento institucional da comunicação enquanto direito humano e espaço de autoria discente, a Educomunicação afirma-se como uma práxis contra-hegemônica e de justiça social urgente. Conclui-se que a gestão democrática dos ecossistemas comunicativos escolares é capaz de fraturar as amarras corporativas da reforma, restituir a dialogicidade e potencializar a agência coletiva dos sujeitos locais nas comunidades escolares.

Palavras-chave: BNCC. Novo Ensino Médio. Educomunicação. Revisão Integrativa. Hegemonia Neoliberal.

ABSTRACT

This study addresses the tension between the prescriptive guidelines of the 2018 BNCC for high school education. The overall objective is to map and critically analyze recent scientific research in the strict sense that investigates this interface, identifying normative fractures, structural critiques, and possibilities for pedagogical insurgency. Methodologically, this study is designed as a descriptive qualitative research project, carried out using the Integrative Literature Review method. The documentary corpus, consisting of 19 studies systematically selected from the SciELO and Google Scholar databases, was analyzed using Content Analysis based on the framework proposed by Laurence Bardin. The results were organized into four categorical axes and revealed: the intensification of the structural duality resulting from the erosion of Integrated High School (EMI); the consolidation of neoliberal hegemony and the managerial capture of public schools by private corporations; the entrenchment of Competency-Based Pedagogy aimed at shaping a flexible and ultra-individualized subject; and, fundamentally, a clear pragmatic gap between the BNCC which reduces technology to a merely instrumental and meritocratic use and the premises of Educommunication. The conclusion indicates that, although official curriculum policies institutionally silence communication as a human right and a space for student agency, Educommunication asserts itself as a counter-hegemonic praxis and an urgent call for social justice. It is concluded that the democratic management of school communication ecosystems is capable of breaking the corporate shackles of reform, restoring dialogicity, and empowering the collective agency of local actors in school communities.

Keywords: BNCC. New High School Curriculum. Educommunication. Integrative Review. Neoliberal Hegemony.

RESUMEN

Este estudio aborda la tensión existente entre las directrices prescriptivas de la BNCC de 2018 para la educación secundaria. El objetivo general consiste en mapear y analizar críticamente la producción científica stricto sensu reciente que investiga esta interfaz, identificando las fracturas normativas, las críticas estructurales y las posibilidades de insurgencia pedagógica. Desde el punto de vista metodológico, se trata de una investigación descriptiva de enfoque cualitativo, llevada a cabo mediante el método de la revisión integrativa de la literatura. El corpus documental, compuesto por 19 estudios seleccionados de manera sistemática en las bases de datos SciELO y Google Académico, fue sometido a un tratamiento analítico mediante el análisis de contenido, siguiendo los planteamientos de Laurence Bardin. Los resultados se organizaron en cuatro ejes categóricos y revelaron: el agravamiento de la dualidad estructural derivada del vaciamiento de la Educación Secundaria Integrada (EMI); la consolidación de la hegemonía neoliberal y la captura gerencialista de la escuela pública por parte de corporaciones privadas; la entronización de la Pedagogía de las Competencias orientada a la modelación de un sujeto flexible y ultra individualizado; y, fundamentalmente, una brecha pragmática

manifiesta entre la BNCC que reduce la tecnología a un uso meramente instrumental y meritocrático y las premisas de la educomunicación. La conclusión señala que, aunque las políticas curriculares oficiales imponen un silenciamiento institucional de la comunicación como derecho humano y espacio de autoría estudiantil, la educomunicación se afirma como una praxis contrahegemónica y de justicia social urgente. Se concluye que la gestión democrática de los ecosistemas comunicativos escolares es capaz de romper las ataduras corporativas de la reforma, restablecer la dialogicidad y potenciar la agência colectiva de los sujetos locales en las comunidades escolares.

Palabras clave: BNCC. Nueva Educación Secundaria. Educomunicación. Revisión Integradora. Hegemonía Neoliberal.

1 INTRODUÇÃO

O cenário educacional brasileiro contemporâneo tem sido palco de profundas reconfigurações estruturais que redefinem a função social da escola pública e a natureza do trabalho pedagógico. O epicentro dessa transformação localiza-se na promulgação da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que instituiu a Reforma do Ensino Médio (REM), e na subsequente homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Sob a retórica governamental de promover a "atratividade", a "flexibilização" e a "equidade" (Brasil, 2018), tais políticas passaram a orientar compulsoriamente os currículos, as avaliações de larga escala e as diretrizes de formação docente em todo o território nacional.

Contudo, a literatura crítica tem demonstrado que o arcabouço ideológico que subjaz a essa reforma alinha-se organicamente aos preceitos do neoliberalismo e aos imperativos do mercado globalizado. Autores como Saviani (2013) e Frigotto (2005) alertam que a fragmentação curricular promovida pela divisão em itinerários formativos acirra a histórica dualidade estrutural da educação brasileira apartando a formação propedêutica destinada às classes abastadas do aligeiramento instrumental voltado à formação de força de trabalho para as classes subalternas. Em vez de consolidar uma formação humana integral, a BNCC opera uma recontextualização radical da Pedagogia das Competências, forjando uma subjetividade adaptável, flexível e "ultra individualizada", em consonância com a nova morfologia do capitalismo flexível (Zajac, 2020).

É precisamente nessa arena de disputas conceituais e políticas que emerge a relevância do campo da Educomunicação. Compreendida como a gestão democrática dos ecossistemas comunicativos nos espaços educativos (SOARES, 2016), a Educomunicação propõe uma práxis pedagógica baseada no diálogo, na mediação crítica das mídias, na autoria discente e no exercício prático da liberdade de expressão. Longe de reduzir-se ao uso meramente instrumental de aparatos tecnológicos a serviço do gerencialismo escolar, a perspectiva educomunicativa, ancorada nas matrizes latino-americanas de Jesús Martín-Barbero (2006) e Ismar de Oliveira Soares (2018), assume um caráter eminentemente contra-hegemônica e emancipatório.

O amadurecimento institucional desse campo obteve um marco histórico em agosto de 2021, quando a Academia Brasileira de Letras (ABL) legitimou o vocábulo "Educomunicação" na 6ª edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP). Essa validação formal contrasta, paradoxalmente, com a marginalização ou eclipse do conceito no desenho regulatório das atuais políticas curriculares da última etapa da Educação Básica.

O problema central que mobiliza esta investigação reside no manifesto hiato pragmático existente entre as diretrizes prescritivas da BNCC e as potencialidades da Educomunicação. Identifica-

se uma crônica ausência de diálogo entre teoria (BNCC) e práticas (Educomunicação), ou seja, questões educacionais que deveriam ser equânimes (Da Silva et al., 2022, p. 1).

Justifica-se este estudo, portanto, pela necessidade premente de desvelar como a comunidade acadêmica tem decodificado esse silenciamento normativo e quais são as fraturas abertas na legislação que permitem a insurgência de práticas sociais educativas de resistência. Diante desse panorama, o objetivo geral deste artigo é mapear e analisar criticamente a produção científica *stricto sensu* recente que tensiona a relação entre a BNCC do Novo Ensino Médio e os vetores da Educomunicação, identificando as principais críticas, os desafios estruturais e os horizontes para pesquisas futuras.

Para alcançar tal desígnio, o manuscrito está estruturado em seções subsequentes que detalham o percurso metodológico de uma revisão integrativa de literatura, a exposição articulada dos resultados organizados por eixos temáticos e, por fim, as considerações que apontam caminhos profícuos para a práxis escolar.

Embora a literatura educacional contemporânea apresente um volume expressivo de denúncias e análises documentais acerca do caráter neoliberal, gerencialista e privatista da Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) e da BNCC, identifica-se uma crônica escassez de investigações que cruzem esse cenário de desmonte curricular com o campo da Educomunicação. A produção acadêmica atual concentra-se predominantemente na macro literatura das políticas públicas e no Ciclo de Políticas, operando uma lacuna no que tange ao entendimento de como o silenciamento normativo da comunicação enquanto direito humano e espaço de autoria discente fragiliza a escola pública. Subsiste, portanto, um hiato investigativo sobre as fraturas e contradições internas da BNCC que obstaculizam (ou, dialeticamente, impulsionam) a práxis educomunicativa e os multiletramentos como ferramentas pedagógicas de resistência contra-hegemônica.

Diante do silenciamento institucional do direito à comunicação nas políticas curriculares recentes, **quais são as convergências, fraturas e hiatos pragmáticos existentes entre as diretrizes prescritivas da BNCC do Ensino Médio e os pressupostos teóricos e práticos da Educomunicação, mapeados na produção científica *stricto sensu* recente?**

1.1 OBJETIVO GERAL

Mapear, sistematizar e analisar criticamente a produção científica *stricto sensu* recente (teses, dissertações e artigos periódicos) que investiga a interface entre a BNCC do Novo Ensino Médio e os vetores da Educomunicação, desvelando os discursos hegemônicos em disputa, os desafios estruturais e os horizontes para a resistência pedagógica.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- **Catalogar de forma sistemática** o *corpus* bibliográfico e documental recente (composto por 19 estudos selecionados) publicado após a homologação da BNCC, que discuta os impactos da Reforma do Ensino Médio na organização escolar.
- **Identificar e categorizar as principais linhas de força e denúncias** da literatura acadêmica crítica, com ênfase nos impactos sobre a dualidade estrutural, o esvaziamento do Ensino Médio Integrado (EMI) e a entronização da Pedagogia das Competências.
- **Desvelar o hiato pragmático** existente entre o uso puramente instrumental, meritocrático e gerencialista das tecnologias digitais preconizado pela BNCC e a concepção emancipatória, dialógica e democrática dos ecossistemas comunicativos proposta pela Educomunicação.
- **Mapear as frestas e as práticas de agência coletiva local** identificadas pela literatura que apontam a Educomunicação e os multiletramentos como caminhos viáveis para fraturar as amarras corporativas da reforma no chão da escola pública.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A sistematização e a análise do *corpus* desta revisão integrativa, composto por dezenove (19) estudos selecionados, permitiram mapear as principais convergências e tensionamentos teóricos acerca da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Novo Ensino Médio (NEM). Para conferir transparência metodológica e subsidiar a discussão, as pesquisas analisadas foram inicialmente catalogadas no Quadro 1, considerando sua autoria, abordagem metodológica e escopo analítico.

Figura 1. Mapeamento dos estudos sobre a BNCC e o Novo Ensino Médio

Autor(es) e Ano	Delineamento Metodológico	Foco Central e Contribuições Coletadas
Dutra (2018)	Pesquisa analítica, documental e empírica	Evidencia o conflito normativo no EMI e o cerceamento do direito à educação profissional.
Branco et al. (2018)	Análise documental e teórica	Denuncia o fortalecimento da hegemonia neoliberal e a captura empresarial da escola.
Andrade Silva (2019)	Estudo de caso qualitativo	Discute o planejamento integrado no EMI e as dispersões de desempenho no Enem.
Pestana e Lima (2019)	Levantamento bibliográfico e documental	Aponta o aprofundamento das desigualdades e a desregulamentação da profissão docente.

Autor(es) e Ano	Delineamento Metodológico	Foco Central e Contribuições Coletadas
Costa e Silva (2019)	Mapeamento documental de entidades	Analisa a fragilização do direito à educação e as medidas privatistas no governo Temer.
Corti (2019)	Pesquisa documental e política	Examina a "crise do ensino médio" como um significante vazio e discurso hegemônico.
Maciel (2019)	Pesquisa documental e política	Investiga a aglutinação de blocos de oposição e resistência ao reformismo curricular.
Hernandes (2020)	Pesquisa teórico-metodológica (PHC)	Tensiona os impactos da ampliação da carga horária sem o financiamento público adequado.
Zajac (2020)	Análise documental comparativa	Desvela a recontextualização da Pedagogia das Competências e o sujeito ultra individualizado.
Souza (2020)	Estudo bibliográfico e documental	Aplica o Ciclo de Políticas de Ball para mapear os projetos de formação em disputa na BNCC.
Hallwas (2020)	Pesquisa qualitativa bibliográfica	Contrapõe o modelo da BNCC-EM aos horizontes humanizadores da Pedagogia Freireana.
Lima (2020)	Pesquisa de campo qualitativa	Analisa as políticas de multiletramentos e a potência da agência coletiva local (MT).
Tosatti (2020)	Revisão Sistemática de Literatura e AC	Desconstrói o discurso tecnológico gerencialista e meritocrático da Revista Nova Escola.
Alves e Silva (2020)	Estado da arte (BDTD)	Mapeia a relevância acadêmica do tema e a aproximação universidade-escola básica.
Deconto e Ostermann (2021)	Revisão de literatura	Critica o caráter anacrônico e instrumental da BNC-Formação (2019).
Santos Pinto e Mello (2021)	Revisão bibliográfica e documental	Investiga as trilhas mercantilizadas e a privatização da gestão escolar em Minas Gerais.
Braga et al. (2021)	Análise teórica e empírica	Discute a correlação de forças na BNCC e os riscos de uma democratização segregativa.
Rodrigues (2021)	Pesquisa qualitativa (PHC)	Expõe a adesão acrítica do estado do Maranhão à BNCC via assessoria privada.
Da Silva et al. (2022)	Pesquisa descritiva qualitativa	Diagnostica a institucionalização da Educomunicação e o hiato pragmático na BNCC.

Fonte: Elaborada pelos próprios autores.

A partir do cruzamento analítico desses dados, os resultados foram agrupados em quatro categorias temáticas que expressam as principais linhas de força do debate educacional contemporâneo.

2.1 A DUALIDADE ESTRUTURAL E O ESVAZIAMENTO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO (EMI)

O primeiro eixo analítico denuncia o acirramento da histórica dualidade da educação brasileira. Pesquisas como a de **Dutra (2018)** demonstram que a Lei nº 13.415/2017 promoveu um sério conflito normativo com a Lei nº 11.892/2008 ao rebaixar o Ensino Médio Integrado (EMI) à condição de mero Itinerário Formativo (Art. 36, inciso V). Essa imposição legal compromete a indissociabilidade entre trabalho, ciência e cultura. Na percepção dos estudantes investigados pela autora, as supostas "escolhas" prometidas pela reforma atuam, na verdade, cerceando o direito à formação técnica qualificada, empurrando a juventude das escolas públicas para trilhas formativas aligeiradas.

Essa contradição entre a promessa de flexibilização e as reais condições físicas das redes de ensino é reforçada por **Braga et al. (2021)** e **Hernandes (2020)**. Sob o aporte da Pedagogia Histórico-Crítica, os autores demonstram que a ampliação compulsória da carga horária sem políticas robustas de financiamento afasta a escola de sua função social precípua a transmissão do conhecimento universal e sistematizado.

Mesmo em cenários onde há esforço de planejamento integrado e autonomia docente, como o mapeado por **Andrade Silva (2019)** no IFPR, emergem fenômenos intrigantes de dispersão de desempenho em exames nacionais (Enem). Isso evidencia que as amarras estruturais e a falta de linearidade entre a jornada de estudos e as matrizes de avaliação externa penalizam severamente o educando da rede pública.

2.2 HEGEMONIA NEOLIBERAL, GERENCIALISMO E CAPTURA PRIVADA DA ESCOLA PÚBLICA

A subordinação da política curricular brasileira aos arranjos do capital financeiro constitui um dos diagnósticos mais contundentes do *corpus*. **Branco et al. (2018)** explicitam que a BNCC e a reforma do ensino médio operam como ajustes macroeconômicos integrados a outras reformas regressivas, como a trabalhista e a do teto dos gastos públicos. Ao abrir espaço para as parcerias público-privadas e transferir recursos públicos para a esfera particular, o Estado consolida o avanço de grandes corporações e organismos internacionais sobre o fundo público educacional.

Essa arquitetura de privatização sistêmica foi mapeada por **Costa e Silva (2019)** a partir do posicionamento de entidades representativas (ANPEd, ANFOPE e ABDC). O estudo revela a fragilização intencional do direito à educação por meio da naturalização de conceitos mercadológicos.

A engenharia discursiva que legitima essa captura foi desvelada por **Tosatti (2020)** ao analisar as publicações da *Revista Nova Escola*, vinculada à Fundação Lemann. A autora expõe como a categoria tecnologia é fetichizada na BNCC como sinônimo automático de progresso e eficiência pedagógica. Esse discurso joga sobre os ombros do docente a inteira responsabilidade pelo sucesso ou fracasso escolar, camuflando as determinações de poder e as desigualdades estruturais sob o manto da meritocracia corporativa. Nas instâncias estaduais, esse gerencialismo assume contornos nítidos de privatização da gestão escolar, como observado por **Santos Pinto e Mello (2021)** em Minas Gerais, e de adesão acrítica às cartilhas empresariais, apurado por **Rodrigues (2021)** no Maranhão.

2.3 DISPUTAS DISCURSIVAS, REFORMISMO E A PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS

A terceira categoria lança luz sobre a transição conceitual dos documentos curriculares, evidenciando como a "crise do ensino médio" foi instrumentalizada politicamente. À luz da teoria do discurso de Laclau e Mouffe, **Corti (2019)** e **Maciel (2019)** argumentam que essa crise funcionou como um *significante vazio*, articulado pelo reformismo empresarial para deslegitimar o modelo curricular anterior e impor a urgência da Reforma de 2017. Embora o cenário pós-golpe de 2016 tenha unificado blocos de oposição na academia, a engrenagem legislativa avançou atropelando os ritos democráticos e ignorando as metas do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), como afirma **Pestana e Lima (2019)**.

A reconfiguração dos textos curriculares culminou na entronização da Pedagogia das Competências. **Zajac (2020)** demonstra, por meio de análise textual comparativa, que a terceira versão da BNCC (2018) abandonou os “direitos de aprendizagem” construídos coletivamente nas versões iniciais para assumir o “direito de aprender” em uma chave puramente individualista e pragmática.

A simbiose entre competências socioemocionais e a retórica da livre escolha curricular sintoniza a escola com a nova morfologia do trabalho flexível, moldando o jovem como uma “empresa de si mesmo” e esvaziando as ciências (Física, Química e Biologia) em prol de um saber/fazer puramente utilitarista.

Essa recontextualização atende a pressões de agências globais, como revelado por **Souza (2020)** via Ciclo de Políticas de Ball, e atinge violentamente a formação de professores. Conforme postulam **Deconto e Ostermann (2021)**, a imposição da BNC-Formação em 2019 revogou avanços

históricos da Resolução CNE/CP nº 02/2015 para impor um modelo anacrônico e instrumental, cujo único propósito é domesticar a prática docente às prescrições restritivas da BNCC da educação básica.

2.4 PRÁXIS DE RESISTÊNCIA E O HIATO PRAGMÁTICO FRENTE À EDUCOMUNICAÇÃO

Frente ao cenário de imposição regulatória, emergem nos estudos frestas de resistência e caminhos contrahegemônicos que valorizam a agência dos sujeitos locais. **Hallwas (2020)** tenciona a BNCC a partir da Pedagogia Freireana, argumentando que a organização compartimentada da Base nega a condição dos estudantes como sujeitos históricos e sociais portadores de vivências legítimas.

A superação desse engessamento curricular exige uma prática educativa pautada na dialogicidade e na busca intransigente pela justiça social. Na mesma perspectiva, **Lima (2020)** demonstra que as diretrizes globais prescritivas podem ser tensionadas e ressignificadas no cotidiano escolar pela ação política colaborativa da comunidade local, fortalecendo experiências de multiletramentos e emancipação.

É nesse horizonte de insurgências pedagógicas que se inscreve o debate conduzido por **Da Silva et al. (2022)** acerca da **Educomunicação**. A legitimação do termo pela Academia Brasileira de Letras (VOLP, 2021) coroa um histórico de lutas pela democratização dos ecossistemas comunicativos escolares. Contudo, os autores expõem o contundente **hiato pragmático** que aparta a teoria oficial da práxis educomunicativa: a BNCC silencia a comunicação enquanto direito humano e espaço de autoria, limitando-a ao manuseio instrumental de mídias digitais.

A relevância da Educomunicação reside justamente na capacidade de romper com esse silenciamento normativo. Ao propor a mediação crítica dos conteúdos e a gestão democrática dos canais de expressão na escola, o campo oferece alternativas concretas para desestabilizar a lógica de mercado e a alienação curricular. A vitalidade dessa produção acadêmica, também inventariada por **Alves e Silva (2020)** na BDTD, atesta o compromisso da pós-graduação em municiar a escola básica com ferramentas teóricas capazes de fraturar as amarras gerencialistas e pavimentar caminhos para uma formação humana de caráter omnilateral.

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, operacionalizada por meio do método da **Revisão Integrativa de Literatura**. A escolha por este delineamento metodológico justifica-se por sua capacidade de sintetizar múltiplos estudos publicados e fornecer uma compreensão abrangente de um fenômeno complexo (Mendes; Silveira; Galvão, 2008), que neste caso reside no tensionamento entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Novo

Ensino Médio e os vetores pragmáticos da Educomunicação. Ademais, o arcabouço teórico-crítico aqui edificado assume um caráter propedêutico, servindo de fundamentação teórica robusta para subsidiar posteriores investigações de natureza quantitativa.

O desenho operacional da pesquisa estendeu-se por um período de dois anos (2024-2026), compreendendo desde o planejamento inicial, passando pela imersão teórica e coleta de dados, até a análise sistemática do *corpus*. O processo foi estruturado rigorosamente em etapas sequenciais e interdependentes, conforme preconizado pela literatura metodológica clássica da revisão integrativa.

Quais são as convergências, fraturas e hiatos pragmáticos existentes entre as diretrizes curriculares da BNCC para o Ensino Médio e os pressupostos teóricos e práticos da Educomunicação? Foi o problema central da pesquisa.

Os critérios de inclusão foram: artigos científicos, dissertações, teses, livros e documentos normativos nacionais da BNCC que discutissem a interface comunicação/educação ou fizessem análise crítica da reforma curricular. Os Critérios de exclusão que serviram de filtros, foram: editoriais, resenhas e estudos que não abordassem diretamente a etapa do Ensino Médio ou a temática educomunicativa.

Busca sistemática em meio eletrônico realizada nos indexadores SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Google Acadêmico, utilizando strings de busca cruzadas com operadores booleanos (e.g., “BNCC AND Educomunicação”; “Novo Ensino Médio AND Mídia-educação”).

Organização dos materiais selecionados em matrizes de síntese, extraindo informações sobre autoria, ano de publicação, objetivos, ancoragem teórica e principais conclusões a respeito da implementação da reforma curricular.

Confrontação do *corpus* selecionado com a literatura referencial, visando identificar os eixos recorrentes, as omissões normativas e os discursos hegemônicos em disputa no cenário educacional.

Para o tratamento do material bibliográfico e documental compilado, aplicou-se o método de **Análise de Conteúdo** proposto por Laurence Bardin (2006). Este procedimento analítico visa, por meio de técnicas sistemáticas e objetivas de descrição do conteúdo das mensagens, a obtenção de indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção destas mensagens.

O processo analítico desdobrou-se nas três fases fundamentais do método de Bardin:

A **Pré-análise:** Realizou-se a “leitura flutuante” do material capturado, assegurando o contato direto com os textos e a constituição do *corpus* final de análise, balizada pelas regras de exaustividade, homogeneidade e pertinência.

A Exploração do material: Nesta fase operacional, procedeu-se à codificação e unitarização do texto. Os dados brutos foram transformados em unidades de registro (temas e eixos categoriais) que permitiram agrupar os 19 estudos mapeados e as obras de matriz conceitual.

O Tratamento dos resultados, inferência e interpretação: Os dados categorizados foram submetidos à interpretação crítica. O desvelamento do conteúdo implícito nas entrelinhas da BNCC permitiu diagnosticar a ausência de diálogo entre teoria (BNCC) e práticas (Educomunicação) (Da Silva et al., 2022, p. 1).

A hermenêutica dos dados e o tensionamento das categorias emergentes fundamentaram-se em duas vertentes teóricas complementares. No tocante à formulação e interpretação da metodologia educomunicativa, a análise ancorou-se nos constructos conceituais de autores de referência na interface comunicação-educação, notadamente **Martín-Barbero (2006)**, **Baccega (2014)**, **Soares (2016, 2018)** e **Santos e Bonin (2017)**. Por sua vez, a leitura político-pedagógica e o desmonte ideológico da BNCC foram subsidiados pelo horizonte crítico de **Melo (2000)**, **Freitas (2007)** e **Alves**, cujas lentes teóricas desvelam as implicações sistêmicas do reformismo empresarial na educação pública.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção reúne 19 estudos que se dedicaram a analisar as inflexões curriculares e estruturais produzidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Novo Ensino Médio (NEM), engendradas pela Reforma do Ensino Médio (REM) por meio da Lei nº 13.415/2017. A análise da produção stricto sensu recente revela que o debate acadêmico se articula em torno de eixos fundamentais: o desmonte da formação técnica integrada, a hegemonia neoliberal e a precarização do trabalho docente.

O esvaziamento da formação humana integral e o acirramento da dualidade educativa são preocupações centrais na literatura que avalia o impacto da reforma sobre os Institutos Federais. **Dutra (2018)** investigou o conflito normativo entre a Lei nº 11.892/2008 (que regulamenta os Institutos Federais) e a Lei nº 13.415/2017, evidenciando que a nova legislação reduz o Ensino Médio Integrado (EMI) a um mero itinerário formativo (Art. 36, inciso V). Por meio de uma pesquisa empírico-documental em uma escola federal do Paraná (denominada “Caiman”), a autora demonstrou o descompasso entre a retórica da “flexibilização” e as reais aspirações dos estudantes. Enquanto a prática da instituição permitia escolhas amplas e emancipatórias, o modelo impositivo da reforma tendeu a cercear o direito à educação dos jovens que buscavam a qualificação técnica profissional.

As promessas de atratividade e dinamismo dos itinerários formativos chocam-se, na materialidade das redes de ensino, com a escassez de infraestrutura e as limitações estruturais crônicas das escolas públicas brasileiras.

Essa desconexão entre a organização curricular real e as performances exigidas também foi mapeada por **Andrade Silva (2019)** em estudo de caso no *campus* Jacarezinho do IFPR. Ao analisar as trajetórias de estudantes concluintes sob o prisma da complexidade, o pesquisador identificou fenômenos intrigantes no desempenho escolar e no Enem, tais como a ausência de correlação linear entre as horas de estudo e os resultados na avaliação nacional, além de uma alta dispersão na proficiência em Redação. Contudo, o estudo destaca que o planejamento curricular articulado entre docentes e a liberdade de escolha institucional constituem contrapontos fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e intelectual dos educandos, mesmo diante de retrocessos legislativos.

A subordinação da política educacional brasileira aos imperativos do mercado e aos preceitos do Estado mínimo constitui o fio condutor de diversas análises. **Branco et al. (2018)**, em diálogo com as formulações de Kuenzer (2017), argumentam que a implantação da BNCC e a aprovação da Lei nº 13.415/2017 alinham-se organicamente aos interesses do empresariado e de organismos internacionais. Sob o verniz da "equidade", mascara-se um projeto de aligeiramento e descaracterização da última etapa da Educação Básica, que aprofunda a exclusão social. Para os autores, a reforma atua de forma consubstanciada com outras reformas macroeconômicas (como a trabalhista e o teto dos gastos públicos), processando ajustes em favor do capital por meio do estímulo às parcerias público-privadas e da abertura de novos nichos de mercado educacional.

No mesmo horizonte crítico, **Costa e Silva (2019)** mapearam o posicionamento de entidades representativas do campo educacional como ANPEd, ANFOPE e ABDC durante o governo Michel Temer (2016-2018). A investigação dessas notas públicas evidenciou três eixos de fragilização do direito à educação: a redefinição restritiva de democracia sob a égide neoliberal; a mitigação do acesso ao conhecimento universalizado pela juventude; e a nítida inclinação para a privatização sistêmica.

A operacionalização dessa lógica mercantil via meios de comunicação foi desvelada por **Tosatti (2020)**. Ao realizar uma Revisão Sistemática de Literatura e analisar o conteúdo da *Revista Nova Escola*, a autora demonstrou como o discurso corporativo se apropria do conceito de "tecnologia" na BNCC para legitimá-lo como sinônimo de progresso e eficiência. Sob o controle de grupos econômicos (como a Fundação Lemann), a tecnologia é instrumentalizada para culpar os docentes pelo fracasso escolar, naturalizar as desigualdades através do viés meritocrático e consolidar o gerencialismo na esfera pública.

A emergência da reforma também é analisada como um fenômeno de ruptura política e disputa discursiva. **Corti (2019)** e **Maciel (2019)** examinaram a convergência entre o Projeto de Lei nº 6.840/2013 e o texto final da Lei nº 13.415/2017 à luz da teoria política do discurso de Laclau e Mouffe. As autoras sustentam que a "crise do ensino médio" foi operada como um *significante vazio*, permitindo que o reformismo empresarial fixasse um sentido hegemônico antes mesmo de 2016. Contudo, o cenário pós-impeachment provocou uma aglutinação de forças heterogêneas de esquerda em torno de um bloco de oposição coeso, abrindo fissuras para a disputa e resistência ao projeto implementado.

Essa imposição verticalizada prescindiu de diagnósticos empíricos e violou ritos democráticos. **Hernandes (2020)**, utilizando o aporte teórico-metodológico da Pedagogia Histórico-Crítica de Dermeval Saviani, tensionou a ampliação da carga horária e as inovações curriculares propostas sem o devido suporte de financiamento. Tomando o Programa Ensino Médio Inovador como paradigma, o estudo sinaliza que o adensamento de exigências sem a valorização salarial, contratação e fixação do corpo docente afasta a escola pública de sua função social precípua: a transmissão do conhecimento universalizado e historicamente acumulado.

Além disso, do ponto de vista legislativo e jurisprudencial, as pesquisas demonstram que a reforma negligenciou as etapas do circuito de ação legislativa e desconsiderou as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), apresentando pouca ou nenhuma contribuição efetiva para a melhoria qualitativa do ensino público.

A transição conceitual dos documentos curriculares revela uma opção clara pelo pragmatismo em detrimento da emancipação. **Zajac (2020)** realizou um estudo comparativo e textual das três versões da BNCC (2015, 2016 e 2018), confrontando-as com os PCN (1998) e PCN+ (2002) na área de Ciências da Natureza. O autor observou que, embora as versões iniciais adotassem os "direitos de aprendizagem", a versão homologada operou uma recontextualização radical da *Pedagogia das Competências*. Ao fundir a noção de "direito de aprender" com a retórica da escolha individual, a BNCC alinhou-se à morfologia do trabalho flexível, promovendo uma subjetividade ultra individualizada pautada no conceito de *empresa de si*. O enxugamento dos componentes curriculares de Física, Química e Biologia sacrificou o “conhecimento poderoso” em prol de um mero *saber-fazer* pragmático.

Sob a perspectiva teórica do Ciclo de Políticas de Stephen Ball, **Souza (2020)** também esmiuçou as três versões da BNCC nos contextos de influência global, local e de produção do texto. A autora mapeou os projetos de formação em disputa, explicitando que as intencionalidades expressas

no documento final visam atender a demandas sistêmicas globais, obscurecendo as possibilidades de construção de políticas curriculares autônomas e contextualizadas com a realidade nacional.

Essa inflexão curricular reverbera destrutivamente na formação de professores. **Deconto e Ostermann (2021)** problematizaram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores (BNC-Formação de 2019), demonstrando que a revogação da Resolução CNE/CP nº 02/2015 atendeu à necessidade de alinhar de forma compulsória a formação docente à BNCC da Educação Básica. Apoiados nas críticas de Coimbra (2020), os autores caracterizam esse modelo como *anacrônico*, visto que ele desconsidera o acúmulo histórico do campo da educação e resgata uma visão puramente instrumental e tecnicista da prática pedagógica.

A despeito da imposição hegemônica, as pesquisas identificam fraturas e cenários diferenciados de implementação nas unidades da federação. **Santos Pinto e Mello (2021)** analisaram a expressão dessas políticas no Currículo Referência de Minas Gerais, alertando para a tendência de privatização da gestão escolar e para a centralidade do empreendedorismo como estratégia de contenção social. Por sua vez, **Rodrigues (2021)** e **Braga et al. (2021)**, orientados pelo materialismo histórico-dialético e pela Pedagogia Histórico-Crítica, investigaram a implementação da reforma no estado do Maranhão. Evidenciou-se ali uma adesão acrítica por parte da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), sob forte assessoria de institutos privados vinculados ao capital.

As autoras ressaltam que o desenho do NEM ignora as disparidades geográficas e as assimetrias entre o meio urbano e rural, além de negligenciar a realidade do ensino noturno e do jovem trabalhador. Para evitar uma "democratização segregativa", urge que as políticas de formação abarquem a diversidade étnico-racial e cultural, combatendo preconceitos estruturais contra populações negras e indígenas.

Em meio a esse panorama de disputas, emergem abordagens alternativas inspiradas na matriz freireana, como o trabalho de **Hallwas (2020)**, que defende a superação da organização compartimentada da BNCC em prol de uma educação humanizadora e emancipatória, que reconheça os estudantes como sujeitos históricos portadores de saberes legítimos. Na mesma linha, **Lima (2020)** analisa a política de multiletramentos no Mato Grosso, argumentando que a agência coletiva local e a articulação colaborativa nas comunidades escolares são capazes de fraturar as prescrições rígidas impostas globalmente.

Por fim, a vitalidade desse campo de pesquisa é atestada por **Alves e Almeida da Silva (2020)**, que mapearam a expressiva produção de teses e dissertações defendidas entre 2018 e 2019 na BDTD, demonstrando o compromisso das universidades em produzir conhecimentos capazes de retornar à escola básica como ferramenta de transformação. Abrem-se, inclusive, novos diálogos

interdisciplinares, como o proposto por **Da Silva et al. (2022)**, que discutem a BNCC a partir dos marcos da *Educomunicação*, termo recentemente legitimado pela Academia Brasileira de Letras. A incorporação desse conceito visa a construção de ecossistemas comunicativos abertos e democráticos nos espaços escolares, assegurando o exercício prático da liberdade de expressão e da autonomia discente face aos arranjos regulatórios vigentes.

É precisamente nesse panorama de disputas e reformas estruturais que emerge um evidente hiato pragmático na articulação entre as diretrizes da BNCC e as potencialidades da Educomunicação. O presente estudo, de natureza descritiva e abordagem qualitativa, cujo arcabouço teórico visa subsidiar e pavimentar o caminho para posteriores investigações de cunho quantitativo, ancora-se em um processo de revisão bibliográfica e documental permanente.

O percurso investigativo, desenvolvido ao longo de dois anos de imersão e coleta de dados, compreendeu o mapeamento e o aprofundamento analítico de produções sedimentadas em bases de dados eletrônicas de alta relevância científica, como SciELO e Google Acadêmico. O *corpus* documental e bibliográfico foi constituído por livros, artigos periódicos, dissertações e os próprios dispositivos legais nacionais que amparam a BNCC. Todo material coletado foi submetido ao tratamento analítico por meio do método de Análise de Conteúdo, sob o aporte metodológico de Laurence Bardin (2006).

No plano teórico-conceitual, a leitura e a síntese analítica de matrizes referenciais fundamentaram-se em autores basilares da interface comunicação/educação, tais como **Martín-Barbero (2006)**, **Baccega (2014)**, **Soares (2016, 2018)** e **Santos e Bonin (2017)**. Os constructos desses intelectuais foram indispensáveis para a decodificação e interpretação da metodologia educomunicativa aqui defendida. Complementarmente, as formulações críticas de **Melo (2000)**, **Freitas (2007)** e **Alves** subsidiaram o tensionamento político e ideológico do processo de construção histórica da BNCC.

A articulação sistemática dessas etapas foi essencial para diagnosticar os reais vetores da Educomunicação face à implementação da Base, evidenciando uma crônica: [...] ausência de diálogo entre teoria (BNCC) e práticas (Educomunicação), ou seja, questões educacionais que deveriam ser equânimes (Da Silva et al., 2022, p. 1).

Neste cenário de fragmentação curricular, a Educomunicação afirma-se como um campo de intervenção e resistência cada vez mais urgente. Ao operar diretamente na mediação crítica dos processos comunicativos, ela rompe com a passividade pedagógica mercantil, viabilizando uma maior dialogicidade, protagonismo e engajamento ontológico do estudante com o conhecimento apreendido.

A partir desse diagnóstico, desenham-se horizontes profícuos para agendas de pesquisa futuras que busquem esmiuçar essa interface, dentre as quais destacam-se:

A análise crítica de materiais didáticos que instrumentalizam a educomunicação como estratégia pedagógica contra-hegemônica;

A avaliação de impacto de projetos educacionais escolares que mobilizam a gestão democrática dos meios de comunicação. O desenvolvimento de estudos de caso focados em iniciativas que utilizam a educomunicação como ferramenta de tensionamento e recontextualização da BNCC na particularidade da comunidade escolar.

Trata-se de um campo em constante mutação teórica e prática, cujas novas tendências demandam monitoramento científico rigoroso à medida que os desdobramentos da reforma curricular se consolidam nas redes de ensino.

5 CONCLUSÃO

A realização desta revisão integrativa de literatura permitiu mapear o denso e conflituoso panorama que envolve a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Novo Ensino Médio, tensionada sob a ótica da Educomunicação. O percurso analítico evidenciou que a reforma curricular instituída pela Lei nº 13.415/2017 não se reduz a uma mera reorganização de conteúdos, mas representa a materialização de um projeto hegemônico de forte viés neoliberal e gerencialista. Como fartamente documentado pelo *corpus* analisado, esse modelo promove o esvaziamento do conhecimento poderoso em prol de uma Pedagogia das Competências que individualiza os processos de aprendizagem e molda o estudante à lógica de mercado Zajac (2020; Branco et al. (2018).

Nesse cenário de fragmentação, a Educomunicação recentemente chancelada pela Academia Brasileira de Letras desponta não como um recurso metodológico acessório, mas como um campo de resistência epistemológica e política. Os resultados desta investigação confirmam a existência de um profundo **hiato pragmático** entre a prescrição normativa da BNCC e as premissas da Educomunicação. O que se descortina é um cenário de silenciamento institucional: enquanto a Base adota o discurso tecnológico sob o prisma da eficiência e da meritocracia empresarial Tosatti (2020), ela elide a dimensão democrática, dialógica e emancipatória da gestão dos ecossistemas comunicativos defendida por Soares (2016).

A despeito da riqueza das produções stricto sensu mapeadas, a análise do estado do conhecimento permitiu identificar importantes **lacunas epistêmicas e empíricas** que demandam atenção dos pesquisadores do campo:

Déficit de Estudos da Prática (Enactment): A maior parte da literatura concentra-se na denúncia e na crítica documental aos contextos de influência global e de produção do texto da BNCC. Subsiste uma carência de investigações que analisem a recontextualização dessas políticas no chão da escola, isto é, como os atores locais (gestores, professores e estudantes) traduzem, ressignificam ou fraturam a norma por meio de táticas educomunicativas.

Insuficiência de Dados Quantitativos: Conforme diagnosticado na metodologia, o campo é predominantemente marcado por abordagens qualitativas e ensaios teóricos. Há uma escassez de dados quantitativos de larga escala que mensurem o impacto da ausência de políticas públicas na exclusão digital e na segregação escolar de jovens vulneráveis.

Silenciamento das Horizontalidades Geográficas: Poucos estudos articulam a reforma curricular às assimetrias espaciais, negligenciando como o enxugamento de componentes curriculares afeta especificamente as realidades das escolas rurais, noturnas e de periferias urbanas, onde o empreendedorismo é vendido como única saída civilizatória.

A superação do isolamento teórico entre a BNCC e a Educomunicação pressupõe a abertura de novas trilhas investigativas. Como desdobramentos necessários e caminhos futuros para este estudo, sugere-se a consolidação de uma agenda de pesquisa voltada a:

Investigações de Cunho Misto (Quali-Quanti): Desenvolver pesquisas que quantifiquem e qualifiquem a inserção de projetos educomunicativos nas redes estaduais de ensino, servindo de contraprova estatística aos indicadores gerenciais oficiais.

Análise Crítica de Materiais Didáticos e Plataformas: Avaliar como os novos materiais didáticos moldados para os itinerários formativos instrumentalizam (ou ocultam) as tecnologias da informação, desvelando os interesses corporativos privados que colonizam esses recursos.

Estudos de Caso sobre a Gestão Democrática Escolar: Investigar experiências escolares que utilizam rádios comunitárias, podcasts, produções audiovisuais e agências de notícias escolares como ferramentas de gestão democrática e de fortalecimento da agência coletiva local (LIMA, 2020).

A relevância deste artigo reside na sua capacidade de operar como um vetor de denúncia e, simultaneamente, de proposição. Ao sistematizar o conhecimento produzido nos anos subsequentes à reforma, este trabalho oferece aos pesquisadores e, primordialmente, aos **gestores escolares** um referencial teórico-crítico indispensável para decodificar as armadilhas conceituais do Novo Ensino Médio. O texto contribui para o avanço da sociologia da educação ao demonstrar que a Educomunicação é um direito humano estruturante e uma ferramenta de justiça social (HALLWAS, 2020). Longe de aceitar o fatalismo das determinações do capital, este estudo reposiciona a agência dos sujeitos escolares, sugerindo que a construção de espaços de autoria, diálogo e mediação crítica

nas escolas públicas brasileiras é o caminho mais profícuo para restituir a dignidade da última etapa da Educação Básica e garantir uma formação que seja, de fato, omnilateral e humana.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. A.; SILVA, R. Estado da arte das pesquisas sobre o Ensino Médio na BDTD. **Revista Brasileira de Educação Básica**, v. 5, n. 12, p. 45-62, 2020.

ANDRADE SILVA, J. O planejamento integrado no Ensino Médio Integrado: desafios frente ao Exame Nacional do Ensino Médio. **Revista Ensino Interdiscursivo**, v. 6, n. 2, p. 89-104, 2019.

BRAGA, M. S. et al. A reformulação do Ensino Médio e a BNCC: contradições de uma democratização segregativa. **Educação em Revista**, v. 37, e24512, 2021.

BRANCO, Emerson Pereira et al. A base nacional comum curricular e a reforma do ensino médio: o fortalecimento da hegemonia neoliberal na educação brasileira. **Revista Práxis Educativa**, v. 13, n. 1, p. 55-71, 2018.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (...) e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 35, p. 1-4, 17 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

CORTI, Ana Paula. A "crise do ensino médio" como significante vazio: discursos e disputas políticas na Reforma de 2017. **Educação & Realidade**, v. 44, n. 3, e84511, 2019.

COSTA, F. J.; SILVA, M. G. O direito à educação sob rasura: análise documental do posicionamento de entidades frente à reforma do Ensino Médio. **Roteiro**, v. 44, n. 2, p. 1-22, 2019.

DA SILVA, R. M. et al. Educomunicação e a BNCC do Novo Ensino Médio: caminhos para a superação do hiato pragmático. **Revista Brasileira de Educomunicação**, v. 4, n. 1, p. 12-29, 2022.

DECONTO, D. C. S.; OSTERMANN, F. A BNC-Formação (2019) e o esvaziamento da formação docente: uma crítica necessária. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 38, n.1, p. 204-228.2021

DUTRA, S. F. **O Ensino Médio Integrado sob a Lei nº 13.415/2017**: conflitos normativos e os sentidos da formação profissional. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

HALLWAS, M. A BNCC do Novo Ensino Médio sob o contraponto crítico da pedagogia freireana. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 13, n. 32, p. 1-18, 2020.

HERNANDES, E. D. K. A ampliação da carga horária no Novo Ensino Médio: reflexões sob a ótica da Pedagogia Histórico-Crítica. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 12, n. 2, p. 142-159, 2020.

LIMA, Laurina Tavares de Farias. **Políticas de currículo e multiletramentos no Ensino Médio**: entre o global e o local. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2020.

MACIEL, L. S. Blocos de oposição e resistência ao reformismo curricular do Ensino Médio. **Trabalho, Necessidade e Educação**, v. 7, n. 1, p. 77-94, 2019.

PESTANA, M. R.; LIMA, A. C. Desregulamentação do trabalho docente e aprofundamento das desigualdades no Novo Ensino Médio. **Retratos da Escola**, v. 13, n. 26, p. 411-428, 2019.

RODRIGUES, T. M. **A recontextualização da BNCC no estado do Maranhão**: a atuação do empresariamento da educação. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

SANTOS PINTO, G.; MELLO, L. H. Trilhas formativas mercantilizadas e a privatização da gestão escolar na rede estadual de Minas Gerais. **Práxis Educacional**, v. 17, n. 45, p. 1-21, 2021.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**: o conceito, os profissionais, os campos de aplicação. São Paulo: Paulinas, 2016.

SOUZA, V. M. O projeto de formação humana em disputa na BNCC do Ensino Médio: uma análise a partir do Ciclo de Políticas de Ball. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 28, n. 84, p. 1-25, 2020.

TOSATTI, F. A tecnologia na BNCC e o gerencialismo: uma análise a partir da Revista Nova Escola. **Educação & Sociedade**, v. 41, e023415, 2020.

ZAJAC, Rodrigo. **A pedagogia das competências na BNCC do Ensino Médio**: recontextualização e a nova morfologia do trabalho. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.